



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 22 de agosto de 2022 - Ata n.º 84.

Aos vinte e dois dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.º Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.º Secretário), “sob a proteção de DEUS”, iniciou os trabalhos da **84.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “Sob a proteção de Deus”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta segunda-feira. Solicito ao Sr. 2.º Secretário, Deputado Gilson de Souza, que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR. 2.º SECRETÁRIO (Deputado Gilson de Souza – PL): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, n.º 83, de 17 de agosto de 2022, antecipada do dia 16 de agosto de 2022.) Era isso o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.º Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o 1.º Secretário, Deputado Boca Aberta, se há expediente a ser lido.



SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Boca Aberta Junior – PROS): Sim, Sr. Presidente. Boa tarde a todos os Deputados e Deputadas. Há expediente a ser lido.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 143198/2022** do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 1588/2022, do Deputado Marcio Pacheco; **Ofício n.º 415/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 328/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.186; **Ofício n.º 414/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 343/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.187; **Ofício n.º 421/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 263/2021, sendo convertido na Lei n.º 21.191; **Ofício n.º 422/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 478/2021, sendo convertido na Lei n.º 21.193; **Ofício n.º 430/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 348/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.197; **Ofício n.º 438/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 351/2019, sendo convertido na Lei n.º 21.190; **Ofício n.º 437/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 641/2019, sendo convertido na Lei n.º 21.203; **Ofício n.º 434/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 77/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.202; **Ofício n.º 436/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 276/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.198; **Ofício n.º 433/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 152/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.200; **Ofício n.º 432/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 565/2021, sendo convertido na Lei n.º 21.204; **Ofício n.º 429/2022** do



Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 423/2021, sendo convertido na Lei n.º 21.196; **Ofício n.º 426/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 748/2021, sendo convertido na Lei n.º 21.192; **Ofício n.º 431/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 96/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.199; **Ofício n.º 428/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 26/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.205; **Ofício n.º 423/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 656/2020, sendo convertido na Lei n.º 21.189; **Ofício n.º 435/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 113/2022, sendo convertido na Lei n.º 21.201; **Ofício n.º 427/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 504/2021, sendo convertido na Lei n.º 21.188; **Ofício n.º 425/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 424/2021, sendo convertido na Lei n.º 21.195; **Ofício n.º 424/2022** do Governador do Estado, comunicando que sancionou o Projeto de Lei n.º 619/2021, sendo convertido na Lei n.º 21.194. Era isso o que continha, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos ao horário do Pequeno Expediente. Primeiro orador inscrito, Deputado Professor Lemos.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Professor Lemos; Soldado Fruet; Bazana; Galo; e Michele Caputo.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas. Quero cumprimentar todos e todas, ao tempo que quero cumprimentar toda a população que acompanha a nossa Sessão. Fazer um cumprimento especial às pessoas com deficiência, com deficiência intelectual e múltipla. Estamos na semana, que começou ontem, 21 a 28, é a Semana Nacional e também é a Semana Estadual. Aqui no Estado construímos com as entidades a Lei n.º 17.343, de 2012, instituindo também o Dia Estadual. Quero



aqui cumprimentar o Deputado Bazana, que está fazendo inclusive um trabalho bonito aqui na Assembleia de defesa das pessoas com deficiência no nosso Estado, e ele fez contato com as entidades e as convidou para estarem aqui na Assembleia nesta semana. Pude encontrar várias lideranças aqui na Assembleia que trabalham na defesa das pessoas com deficiência intelectual e múltipla. São escolas, são entidades, e aqui tem uma representação, porque são milhares espalhadas pelo Brasil e são milhares no Paraná. Só Apaes no Paraná são mais de 200 Apaes, mas temos as outras instituições. E aqui hoje está bem diversificada a presença das entidades que fazem a defesa todos os dias das pessoas com deficiência, em especial das nossas crianças, desde a educação infantil, chegando à educação fundamental, ao ensino médio e à profissionalização. Então, aqui peguei alguns exemplos, Deputado Bazana, da escola Mercedes Stresser, por exemplo, quando abrimos, vemos o rol de atividades, de trabalho. Isso aqui é de uma instituição, mas são milhares, como eu disse aqui. Aqui outra instituição que faz um trabalho bonito aqui, que é a escola Nilza Tartuce. Pude provar inclusive o biscoitinho feito lá na escola com os estudantes, tem uma panificadora. Então, vejam a diversidade. Tem pintura, tem escultura, tem artesanatos, tem alimentos saudáveis, como a panificação. Tem um trabalho muito diverso. Quero cumprimentar todas as pessoas, as crianças, os adolescentes, jovens, adultos e idosos com deficiência, porque esta semana é para dar visibilidade, para fazer com que o poder público se comprometa mais, some com as entidades que já que já fazem um trabalho ao longo dos anos, some com essas entidades. E aí quero cumprimentar também pais, amigos que ergueram essas entidades ao longo dos anos na defesa das pessoas com deficiência. E o Estado brasileiro, os estados federados, os municípios precisam participar mais, precisam fazer mais do que se fez até hoje. Então, quero cumprimentar todas as lideranças, entre elas o Deputado Bazana, que tem se dedicado na defesa das pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Quero aqui fazer uma leitura rápida das entidades que V.Ex.^a convidou que estão aqui presentes no dia de hoje. Então, está a Escola Campo Largo, a Erce, está também a Escola Nilsa Tartuce, que acabei de



identificar aqui, está presente também a Escola Mercedes Stresser, também está... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Professor Lemos, V.Ex.^a está inscrito aqui no Grande Expediente, pois não.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Para completar aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Também a Associação Franciscana, está também a Escola São Camilo, a Escola...não consigo ler aqui, acredito que é a Escola Viviam Marçal. Acertei. Também está presente aqui o Pequeno Cotelengo. O Pequeno Cotelengo que já estivemos muitas vezes lá e aqui vários Deputados já estiveram, que faz um trabalho relevante e já usou aqui a tribuna, algumas vezes, o Padre falando do trabalho bonito do Pequeno Cotelengo. Também aqui está a Escola de Educação Especial Fênix. Também está a Associação Rute, é a Escola Especial Vinte e Nove de Março. Está presente também o Instituto de Recuperação Pedagógico Ensino Especial. Está presente também a Escola Especializada Primavera. Está também a Escola Ecumênica Juril Carnasciali Fepe. Procurei fazer a leitura aqui, Deputado, porque sei que V.Ex.^a vai ter pouco tempo na tribuna. Então, já estou contribuindo aqui com a sua fala. Então, quero cumprimentar V.Ex.^a mais uma vez. Cumprimentar todas as entidades, todas as lideranças que se dedicam na defesa das pessoas com deficiência. E aqui, em especial, as escolas, sou apaeano também, sou membro da Apae, e aí quero lembrar o trabalho também feito pelas Apaes no Brasil, no Paraná. E estão, neste ano, com o seguinte tema: superar barreiras para garantir inclusão. Então, essa é a frase dedicada para este ano na comemoração da Semana Nacional e da Semana Estadual da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla. Parabéns às entidades. Parabéns às lideranças. Parabéns às pessoas com deficiência intelectual e múltipla. Quero também aqui, Sr. Presidente, falar da Audiência Pública que fizemos no dia de hoje pela Bancada da Oposição, a pedido do



Conselho Regional de Psicologia, do Sindicato Estadual de Psicologia do Estado do Paraná. Fizemos a Audiência Pública hoje comemorando 60 anos da regulamentação da Psicologia como profissão, como Ciência no Brasil. A Psicologia chegou ao Brasil no início do século XX, mas deu trabalho para ser reconhecida como Ciência, como profissão. Foi com a Lei n.º 4.119, de 1962, do dia 27 de agosto de 1962, então, que se reconheceu no Brasil a Psicologia como Ciência e foi regulamentada a profissão de psicólogos e psicólogas no nosso País. E hoje recebemos várias lideranças, entre elas a Renata Campos Mendonça, que é Presidente do Conselho Regional de Psicologia do Estado do Paraná, e também a Marli Perreli, que é presidente do Sindicato dos Psicólogos e Psicólogas do Estado do Paraná, além de lideranças nacionais que estavam aqui presentes no debate. Também participou conosco o Deputado Tadeu Veneri. Então, foi uma manhã de comemoração, mas também tanto o Conselho Regional de Psicologia quanto o Sindicato fizeram uma espécie de prestação de contas, falando do trabalho bonito ao longo dos 60 anos na defesa de uma sociedade solidária, fraterna, uma sociedade saudável, uma sociedade livre, democrática, justa. Então, quero parabenizar todos os psicólogos e psicólogas do Paraná e do Brasil ao comemorar esses 60 anos da Psicologia como Ciência, regulamentada como profissão no nosso País. Também quero aqui, Sr. Presidente, falar que estamos nos aproximando do 30 de agosto. O 30 de agosto é uma data de luto e de luta do magistério do Paraná. Foi no dia 30 de agosto de 1988 que fomos maltratados, humilhados, agredidos na porta do Palácio Iguaçu, quando estávamos em greve, professores, professoras, funcionários de escolas, e chegamos ao Palácio Iguaçu pedindo uma Audiência com o Governador da época, que era o Álvaro Dias, ele negou-se em receber uma representação, que era a direção da APP. A Professora Isolda Andreata era a nossa presidente, hoje professora aposentada em Ponta Grossa, não foi recebida e não quis receber nenhuma representação. Ao contrário, determinou que fosse retirada a força aquela multidão de professoras e professores, servidores públicos, estudantes, que se encontravam ali. E aí foi um massacre, com cavalos pisoteando, com bombas sendo jogadas no meio da multidão, com cães sendo soltos para morder



professores e professoras. Foi muito triste. Essa data, então, é uma data marcada todo ano como dia de luto e de luta do magistério do Paraná. Este ano não será diferente. Não será diferente porque a pauta continua atual – que é repor os salários que na época estavam defasados. Mas agora está mais defasado do que na época. Inclusive colegas que estavam lá em 88, hoje a maioria está aposentada, e os aposentados do magistério tiveram redução de salário neste Governo, porque, com a reforma da previdência, aumentou a alíquota previdenciária para 14%, que era 11, e ainda passou a descontar do salário que é inferior àquele salário que o INSS deixa isento, que é o teto do INSS. O teto é R\$ 7 mil e 87 reais. Esses R\$ 7 mil e 87 reais tínhamos isenção, essa fração do salário ninguém pagava previdência, agora paga, desde dezembro de 2019 para cá com a reforma da previdência deste Governo. Então, os salários de quem estava lutando em 88, professores, professoras e profissionais de escolas, está menor, compra menos do que comprávamos em 88. Então, a pauta é atual. E cadê a reposição salarial? Nem a inflação este Governo está pagando. Precisa pagar! Pode e deve pagar. Tem lei aprovada nesta Assembleia, que o Governo não cumpre. Tem uma parcela que deveria ter sido paga, que está em lei, que é 3.39% ser paga em janeiro e não pagou! Deveria ter pago. Deve pagar o quanto antes. A inflação da última data-base que é maio, que é 12.13%, pode e deve pagar mesmo no período eleitoral. Não quer pagar. E aí empobreceu o magistério do Paraná, tanto de professores, quanto funcionários, além de empobrecer os demais servidores. Estamos falando do 30 de agosto que se refere à educação, ao magistério. Então, queremos que o Governo, antes do 30 de agosto, anuncie ao Paraná o pagamento da data-base, o pagamento daquela parcela de 3.39% que já está legislado, que já deveria ter pago em janeiro, pague o quanto antes. Pague promoções e progressões de carreira, quinquênios, anuênios, porque tem muitos colegas que estão aguardando, inclusive, esses direitos para ser aposentados. E aí quero também falar dos funcionários de escolas: está uma vergonha o que o Governo está fazendo com as 14 empresas que ele contratou; está passando dinheiro todo mês para elas para elas contratar funcionário para pôr para trabalhar nas escolas. Eles estão ganhando menos,



eram 11 mil funcionários no ano passado, agora é apenas 8 mil por meio dessas empresas; o Estado gastava 18 milhões por mês agora gasta 40 milhões por mês. Está gastando mais, com menos funcionários, o pessoal está ganhando um salário menor. Está enchendo o bolso desses empresários! Isso é vergonhoso, passou dos limites. Fica aqui um apelo para antes de 30 agosto o Governo anunciar que vai romper o contrato com esses empresários e vai fazer contrato diretamente pelo Estado, como se fazia até o ano passado. É mais barato e é melhor para a educação e para os servidores que são funcionários de escolas. Fica aqui, mais uma vez, este nosso apelo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Soldado Fruet.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Senhor Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, amigos que nos acompanham nesta tarde, boa tarde. Três assuntos me trazem a esta tribuna, Sr. Presidente. Primeiro, a respeito do último concurso de policiais e bombeiros militares. O Governo autorizou 3.400 vagas, para 3.400 novos integrantes. Porém no TAF não havia esse mesmo número aprovado. Tanto que solicitei por meio de requerimento um segundo TAF. E agora está rolando nos grupos de policiais que o Governo tem uma minuta, um documento, que vai autorizar um novo concurso público. Acho inviável isso, já que esse último concurso vale até para 2023, e simplesmente é só fazer um segundo TAF, pois já passaram no concurso. Estou questionando o Líder do Governo se pode levar essa demanda para nós para o Governo, que faça, sim, um segundo TAF e não um segundo concurso. São somente 425 vagas, então, creio que é mais viável um segundo TAF. O segundo assunto diz respeito às escolas cívico-militares, Sr. Presidente. Tenho defendido e defendi aqui, nesta Casa, esse grande Projeto do Governo. Acredito que ajudou muito e a intenção era ajudar muito a educação das nossas crianças. Defendi e votei projetos voltados a esse assunto, mas parece que só foi um Projeto de propaganda, porque o Governo abandonou esse Projeto. Tenho questionado



aqui, em Plenário, tenho recebido muitas reclamações de policiais que ainda estão prestando serviço, muitos já abandonaram. Por quê? Não veio fardamento para eles, o que veio foi pouco; as crianças também não têm o fardamento suficiente, não veio uniforme suficiente para as crianças. Então, eles estão abandonados às próprias traças, por assim dizer. Infelizmente o Governo usou um Projeto bonito, que teria tudo para dar certo, como uma propaganda política. E abandonou! E aí aqueles pais que quiseram colocar, que fizeram de tudo para colocar as crianças nos colégios cívico-militares, estão se sentindo enganados pelo Governo. Tem escolas que era para ter três policiais, só tem um fazendo o serviço de cinco. Infelizmente um Projeto que o Governo acabou abandonando no meio do caminho. E o último assunto, Sr. Presidente, é sobre o Trevo Cataratas que está pronto e é uma vitória para o Oeste. Mas não podemos aceitar as tantas propagandas enganosas em cima desse Trevo aí. Essa obra é decorrente do acordo de leniência firmado entre concessionárias e o Ministério Público como pena pelo não cumprimento de diversos itens contratuais previstos. E é de obrigação das concessionárias de pedágio. O Governo do Estado ele não colocou um centavo, uma ruela, um prego sequer nessa obra, mas tenta levar a fama por ela. Natural. Também ele tentou levar a fama lá na Ponte Brasil-Paraguai, da Estrada da Boiadeira, obras federais, e o Governo, como não tem nada estadual para mostrar, vamos aproveitar uma obrinha federal ali e aquela propaganda, aquela “coisera” toda enganando o povo. Então, que fique registrado que aquilo ali é provido de acordo de leniência. Até tínhamos que, aqui, Menção de Aplauso para o Ministério Público Federal por ter conseguido isso aí, não o Governo Estadual. Na realidade, apenas para estabelecer uma verdade aqui, o Ministério Público que atuou e impôs a essas concessionárias a obrigação de realizar essa obra, porque se dependesse do Governo e de sua controladoria, essa obra não teria saído do papel. Aliás, até hoje a controladoria não explicou por que que ela retirou a inidoneidade das concessionárias e limpou a barra delas para participar de novas licitações no Paraná. Agora, se o Governador quer fazer propaganda, ele pode ir lá à PR-492 que ele investiu lá mais de R\$ 82 milhões, mas será pedagiada! A PR-445 que investiu R\$ 258 milhões será pedagiada!



Foram mais de R\$ 600 milhões de impostos suados do povo paranaense. Arrumou as rodovias para entregar para as “pedageiras” aí, as futuras “pedageiras”. Lá ele pode ir inaugurar, fazer o que quiser, e, por enquanto, porque em 2023 vai passar para as concessionárias. Então, que fique aí uma nota de repúdio desse soldado aqui, que tem que restabelecer a verdade. Propaganda enganosa no Estado do Paraná, chega! Vai inaugurar obras estaduais, deixa que obra federal, não é, deixa que obra federal temos nosso Presidente Bolsonaro, que aliás, não vejo esse Governo falar nada do Bolsonaro, é só ele e o Governo do Estado que faz tudo aqui nas obras federais... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado, um minuto para concluir.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Vai arrumar uma obra estadual no Estado do Paraná para inaugurar, Governador. Chega de ficar aí com propaganda enganosa no Estado do Paraná. Não vai lá querer no Oeste do Paraná, querer enganar os outros, dizer que o Trevo de Cataratas é obra estadual, que é mentira. É mentira! É Acordo de Leniência! Obrigado, Sr. Presidente!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Registro a presença na Casa do Sr. José Luiz Lacowicz, da Associação Brasileira de Servidores de Câmaras Municipais, e do Sr. Relindo Schlegel, também Diretor da Região Sul. Sejam bem-vindos! Próximo orador, Deputado Bazana.

DEPUTADO BAZANA (PSD): Boa tarde, Sr. Presidente Ademar Traiano, demais membros da Mesa! Boa tarde, Sr.^s e Sr.^{as} Deputadas! É uma honra estar com vocês aqui nesta tarde para poder falar um pouquinho da *Semana Nacional da Pessoa com Deficiência*. Quero cumprimentar aqui a nossa Assessora Parlamentar, a Karina, cumprimento todos os demais membros de todas as instituições presentes, nesta tarde, na nossa Casa de Leis. Para nós é sempre uma honra recebê-los aqui, principalmente para que vocês possam



mostrar este trabalho maravilhoso que vocês fazem dentro das instituições. A Semana Nacional da Pessoa com Deficiência busca conscientizar a sociedade acerca da luta pelos direitos das pessoas com deficiência, além de divulgar o conhecimento sobre as condições sociais dessa população, como meio de transformação da realidade e superação das barreiras que as impedem de participar coletivamente em igualdade de condições com as demais pessoas. Com um profundo conhecimento da causa, exercendo o trabalho voluntário há mais de 20 anos dentro do Movimento Apaeano, sei dos desafios vividos diariamente, não apenas pelas pessoas com deficiência, mas também pelos nossos profissionais das Apaes e das demais instituições que fazem esse atendimento, e fazem com muita qualidade e diplomacia. Sei que avançamos muito nas últimas décadas, mas também sei que ainda há um longo caminho a ser percorrido na busca pela inclusão e pelo respeito das pessoas com deficiência. Como Deputado Estadual, tenho defendido muito essa bandeira, muito, muito porque conheço de perto todo esse trabalho. Algumas delas já se tornaram realidade, a exemplo da contratação nossa da primeira assessora parlamentar da história da Assembleia com Síndrome de Down, que é a nossa Karina Gouvea, e também da Naiara e do Dudu, que estão fazendo parte aqui da Assembleia. Consciente também dos desafios e das ações e projetos em prol das pessoas com deficiência, apresentamos o Projeto do Fundo Estadual da Pessoa com Deficiência, que vai ajudar também as nossas instituições a buscar recurso para manter esse trabalho maravilhoso. Esses são alguns dos exemplos das políticas públicas que podem melhorar o acesso da pessoa com deficiência à saúde, à educação, à assistência social, ao esporte, ao emprego, e todos os seus direitos já previstos. Por isso, faço aqui o convite para todos fazerem parte dessa conscientização, a *Semana Nacional da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla*, que segue até o dia 28, e aproveito para convidar todos os nossos colegas Parlamentares para prestigiarem amostras de trabalho que está sendo desenvolvido aqui no nosso salão principal da Assembleia Legislativa do Paraná. Quero agradecer as palavras do Professor Lemos, que nomeou todas as nossas entidades presentes. Quero dizer também que o nosso Governador Ratinho Junior tem sido muito sensível à



causa da pessoa com deficiência. Tenho tido uma abertura muito grande no Governo do Estado, com o nosso Governador Ratinho Junior, com os nossos Secretários, buscando melhorar a vida da pessoa com deficiência e melhorar também todas as nossas instituições. E tenho certeza de que será o Governo que mais vai trabalhar em prol da pessoa com deficiência e pelas instituições do Paraná, e vamos conseguir reconhecer o trabalho que vocês profissionais fazem dentro dessa instituição. Vocês merecem todo o nosso respeito, merecem que trabalhemos cada vez mais para que vocês tenham condições dignas de tratar esse ser humano, que recebe esse carinho e tem ali a sua vida direcionada por vocês profissionais. Sem vocês nada disso seria possível e o nosso Governador, com todos os Secretários, e a maior parte ou todos os Deputados aqui desta Assembleia, também têm recebido tudo aquilo que trazemos para esta Casa com muito carinho e muita atenção. E os Projetos de Lei que estamos colocando aqui têm sido muito bem vistos. Então, todos vocês recebem aqui os nossos cumprimentos, todos os funcionários de todas as Apaes do Paraná e de todas as instituições, que são mais de 400 que trabalham em prol da pessoa com deficiência. E a vocês só temos que dizer: muito obrigado por vocês existirem! Muito obrigado por vocês trabalharem forte em prol da pessoa com deficiência! E tenho certeza de que, muito em breve, muitas recompensas chegarão, porque o nosso Governador Ratinho Junior, como disse, é muito sensível a essa causa e tem aberto as portas para que possamos mostrar tudo aquilo que vocês fazem dentro das nossas instituições e, com certeza, juntos vamos conseguir muito mais. Juntos somos fortes. Há o exemplo dos recursos para começar a construir a primeira Apae com recursos do Governo do Estado, e vai acontecer... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Bazana, por favor, para concluir.

DEPUTADO BAZANA (PSD): E tenho certeza de que muitas outras virão. Então, ao nosso Governador Ratinho Junior, só tenho que dizer muito obrigado! E a todos vocês profissionais das instituições só dizer: obrigado e



que Deus proteja a cada um de vocês! E vamos continuar o nosso trabalho firmes e fortes, porque juntos transformaremos a educação especial do Paraná. Muito obrigado. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PP): Senhor Presidente, membros da Mesa Diretora. Atenção, Prefeito de Araucária, Sr. Hissam! Hein, Prefeito, você tem que se orientar melhor para você aplicar aí as suas leis. Você tem que entender melhor, Hissam. Quem está falando é o Deputado Galo! Você tem que entender melhor para depois você mandar afixar nas UPAs do município de Araucária cartazes colocando uma lei que está equivocada. Senão vejamos, Prefeito Hissam. Vou ler aqui o que aquele Prefeito colocou. “Atenção, comunicado importante! Vacinação de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos contra a Covid-19 passou por mudanças e passa agora a ser obrigado, senão o pai ou o responsável pela apresentação da carteira de vacinação, se isso não acontecer, tomaremos providências cabíveis como, por exemplo, levar para o Conselho Tutelar”. Quem tem que ir para o Conselho Tutelar é você, Hissam! Você é um Prefeito despreparado para tocar Araucária, Hissam. E que, repito: é o Galo que está falando. Pode vir para cima que estou indo para cima de você. Este cartaz que você colocou lá, você está baseado em uma Lei que diz assim: “Artigo 4 da Lei 19.534 de 2018”. Deputado Gilberto Ribeiro, meu prezado, isso aqui é uma lei estadual. Nesta lei estadual, esse artigo foi suprimido quando derrubamos aqui na Assembleia a obrigatoriedade do passaporte de saúde. O que você pensa que o senhor é, seu cidadão Hissam? Você está Prefeito como estou Deputado. Daqui a pouco, acaba e acaba também o seu mandato. Agora, você vem com uma conversa desinformada. Não existe obrigatoriedade por meio dessa lei. Esta é uma lei estadual de 2018. E repito, repito, repito: caiu! Como é que você vai para cima de mães que estão desesperadas, dos pais que estão desesperados, dizendo: *Meu Deus, Deputado, o Conselho Tutelar vem na minha casa!* E o Conselho Tutelar não



pode entrar na sua casa também, levar suas crianças embora, porque você não quer vacinar. Não é obrigada neste País a vacinação. Não é. E a Assembleia Legislativa, Prefeito Hissam, saiba V.Ex.^a que esta Casa de Leis derrubou a obrigatoriedade do passaporte sanitário. Quase comi o microfone aqui agora. Ninguém é obrigado a tomar vacina, principalmente da Covid-19. Estou falando de Covid-19, viu, Hissam? E você manda colocar lá no posto de saúde Bairro Califórnia, em Araucária. Está errado! Você está cometendo uma ilegalidade. Isso pode levar você até a sofrer um pedido de *impeachment* quando você exige uma coisa que não existe. A Assembleia Legislativa já colocou aqui em votação e o passaporte sanitário caiu e você não tem nenhuma lei municipal – fiz a pesquisa –, não tem lei municipal dizendo que é obrigatório, você não tem nada, até porque você está se baseando na Lei n.^º 19.534/2018, que, com a derrubada do passaporte sanitário, esse artigo está suprimido. Prefeito Hissam, de Araucária, informe-se melhor, melhore os seus orientadores, você está cometendo arbitrariedade contra o nosso povo. É ilegal, você não pode fazer isso! Estou tomando todas as providências necessárias, vou *socar* por ofício esta informação para você. Então, estou pedindo à Assembleia Legislativa, por meio da Mesa Diretora, que seja enviado um ofício. Presidente Turini, por favor, que isso seja feito, meu prezado Dr. Turini. Derrubamos o passaporte sanitário e o Prefeito Hissam, de Araucária, Turini, está exigindo, baseado no art. 4.^º da Lei Estadual n.^º 19.534/2018. Esse artigo foi suprimido com a derrubada, a derrubada do passaporte. Hissam, olhe aqui Hissam, não dá! (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Galo, por favor, para concluir.

DEPUTADO GALO (PP): Tem que rasgar esse cartaz imediatamente, que você mandou colocar. Gostaria de pedir, então, à Mesa Diretora de forma oficial: Comunicar à Prefeitura Municipal de Araucária que o passaporte sanitário foi derrubado. Presidente Turini, V.Ex.^a é médico, gostaria



imensamente que o senhor tomasse essas providências. Confio. Vida longa, meu querido Presidente! Hissam!

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Próximo orador, com a palavra o Deputado Michele Caputo.

DEPUTADO MICHELE CAPUTO (PSDB): Boa tarde, Presidente Tercílio, demais membros da Mesa, Deputados, Deputadas e, de forma muita especial, os nossos visitantes que aqui estão, os representantes desta categoria fantástica que é a Psicologia, que vai ter cada vez mais trabalho, porque uma das maiores sequelas da Covid é na saúde mental, e também gostaria de cumprimentar a representação de todas as entidades já nominadas aqui pelo Deputado Lemos e pelo Bazana. Vocês sabem o respeito e o carinho que temos pelo trabalho de vocês, tanto na área da educação especial quanto na área do atendimento à saúde. Infelizmente, muito ainda precisa ser feito, porque a pandemia ajudou a agravar muito a situação das instituições. As instituições viviam de churrascos, de pasteladas, de bingos, de costeladas, de vários eventos que obviamente com a pandemia deixaram de ser realizados, então elas precisam de apoio do Governo porque o que essas instituições fazem, Governo nenhum faz ou fará com essa qualidade. Mas venho aqui hoje para falar sobre este livro: *Saia da zona de conforto*. Este livro é da Dr.^a Arlene Terezinha Badoch e do médico Fábio Silveira e conta a história de 10 anos da Central de Transplantes do Paraná, período em que fui Secretário de Estado da Saúde. Pegamos o Governo do Estado, o Paraná em 9.^º lugar na área de transplante no Brasil em 2011, uma vergonha para um Estado como o Paraná, e deixamos no final da gestão, graças ao esforço da central de transplantes, comandada pela Dr.^a Arlene, graças ao apoio dos hospitais estratégicos, públicos, filantrópicos e privados vinculados ao SUS, credenciados ao sistema, graças a uma equipe de trabalhadores da saúde muito competentes, tanto dos hospitais quanto os vinculados à central de transplantes. Este livro conta essa história vitoriosa, uma história que salvou vidas, uma história que não pode terminar, uma história que precisa que seus resultados sejam mantidos, porque



isso salva vidas. Temos uma fila de transplantes no Paraná de mais de 4 mil pessoas, boa parte delas são transplante renal; precisamos manter o trabalho com as famílias para buscar a captação de órgãos e precisamos continuar motivando, incentivando e apoiando, inclusive financeiramente, toda essa rede que faz com que o transplante no Paraná seja um caso de sucesso. Lembro, Presidente Tercílio, que o Paraná chegou em 2017 a ter índices melhores do que a própria Espanha, que à época era o melhor país da Europa na área de transplantes. Então, precisamos manter esses números, precisamos continuar esses avanços e quero aqui, em nome da Dr.^a Arlene e do Dr. Fábio Silveira, que escrevem este livro sobre a década paranaense de doação de órgãos, um caso de sucesso, parabenizar todos os profissionais e, de forma muito especial, as famílias que, no pior momento das suas vidas, quando perdem seus entes queridos, fazem esse gesto de amor, esse gesto de grandeza e autorizam a doação dos órgãos, que vão manter o legado do seu ente querido salvando a vida de outro cidadão, de outro cristão. Muito obrigado. Bom trabalho. Boa tarde a todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): No horário do Grande Expediente, com a palavra o Deputado Homero Marchese.

GRANDE EXPEDIENTE: Usou da palavra o Sr. Deputado Homero Marchese.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e população que nos assiste, boa tarde. Também queria iniciar cumprimentando as entidades que prestam assistência às pessoas com deficiência aqui no Paraná, que fazem uma semana de divulgação dos seus trabalhos, várias entidades importantíssimas aqui da capital e da região e queria cumprimentar todas na pessoa da Larissa, da escola Nilza Tartuce, que recentemente tive a honra de visitar. Vocês fazem um trabalho fundamental e muito importante para a sociedade. Cumprimentar o Deputado Bazana, que é um grande representante do setor aqui dentro. O senhor tem todo o nosso apoio, Deputado Bazana, na sua liderança neste assunto. O segundo tema do qual gostaria de falar tem a ver também com os pedágios. Infelizmente tem



havido certa politização das obras que foram originadas do acordo de leniência. Neste final de semana foi entregue para a população de Cascavel e de toda a região do Oeste do Estado o Trevo Cataratas, uma obra fundamental que interliga quatro BRs ali e o acesso à cidade de Cascavel, uma obra que foi feita graças ao trabalho principalmente do Ministério Público Federal. É o Ministério Público Federal quem deve receber as homenagens, porque foi ele quem foi o responsável por essa obra, foi o Ministério Público Federal, no âmbito da primeira *Operação Lava Jato*, que depois a operação mudou de nome, que comprou que havia corrupção nos pedágios do Paraná, comprovou que tinha agente público recebendo dinheiro para deixar de ver as irregularidades que estavam acontecendo, para deixar de ver o desequilíbrio no contrato e foi o Ministério Público Federal, em ações que ajuizou na Justiça Federal aqui de Curitiba, se não me engano na 1.^a Vara, sob a competente administração de um dos melhores juízes do Brasil talvez, que é o Juiz Friedmann Wendpap, Juiz Federal que tirou do papel essas obras, como a obra do Trevo Cataratas. Inclusive, Deputada Mabel, as principais obras rodoviárias nos últimos anos no Estado do Paraná foram provocadas pelo Ministério Público Federal. Só em Ponta Grossa, a sua cidade, são três interseções, mais duas interseções em Castro e Piraí do Sul, mais vários quilômetros de duplicação na BR-376, mais terceiras-faixas da BR-277, mais passarelas na 277 em direção a Paranaguá, de modo que é o Ministério Público Federal que precisa ser festejado.

Deputada Mabel Canto (PSDB): Concede-me um aparte, Deputado?

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Por favor.

Deputada Mabel Canto (PSDB): Quero parabenizá-lo pela fala nesse sentido, porque de fato essas obras que aconteceram no nosso Estado foram devido a um acordo de leniência, o Ministério Público Federal e ponto final. A propaganda que está se fazendo não fala sobre Ministério Público, fala sobre outras pessoas que: *Fizemos. Fizemos e fizemos*. Inclusive, esse final de semana vi uma alta figura ali na região dos Campos Gerais, em frente a uma dessas obras, gravando alguns vídeos. Prevejo, então, que terão algumas



propagandas nesse sentido. Mas, parabéns. Foi o Ministério Público Federal o responsável. E se temos que dar crédito mesmo para alguém, fora o Ministério Público, é à população paranaense, que pagou essas obras durante anos, foi roubada nos pedágios e agora recebeu graças ao Ministério Público. Obrigada, Deputado.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Acho isso muito importante, Deputada Mabel, dar crédito a quem pagou por essas obras, que foram os usuários. Por exemplo, uso a 376 de Maringá a Curitiba há muitos anos. Comecei usando com um Fiatzinho Palio que tinha, 1.0, mas com motor *fire*, que vinha de Maringá para Curitiba. Depois, era o chamado *flash* de prata um, o famoso *flash* de prata um. Depois, troquei por um Fox e aí foi. Paguei 20 e tantos anos de pedágio. É difícil você ver a injustiça. Assim, precisamos falar também dos dois lados. A 277 teve 140 quilômetros de duplicação retirados do contrato, quando o Governador Requião era o Governador. Cento e quarenta quilômetros de duplicação foram suprimidos. Houve um acordo preliminar em 2004, em que se definiu que a tarifa ia cair 30%. Em 2005, quando o passivo começava a se avolumar e para impedir o aumento dele ainda maior, o Governador Requião tirou 140 quilômetros de duplicação naquela rodovia. Então, ele também não fez bem para os pedágios do Estado do Paraná. Um destaque que gostaria de fazer também à Procuradoria do Estado. Se nesse caso, a Procuradoria do Estado tem uma participação menor, em outros, ela tem uma participação maior, Deputado Evandro. Dos três contornos que estão saindo da região nossa, Peabiru, Jandaia do Sul e Arapongas, foi a Procuradoria do Estado, com o Ministério Público Federal, que participou do acordo para tirar essas obras do papel. A Procuradoria do Estado também tem uma participação importante, para que haja os serviços de ambulância e guincho prestados ainda em duas concessionárias, hoje, que é a Caminhos do Paraná e a Econorte. A Econorte trocou uma intercessão de Jacarezinho pelos serviços de guincho e ambulância. Mas, enfim, acho que a população não quer mais a politização desse assunto. Chega de politizar esse assunto. O pedágio é um assunto técnico, precisa ter obra e precisa ter obra com preço justo.



Pronto! Ponto final! Ninguém precisa explorar esse assunto politicamente. Outro tema, sobre o qual gostaria de falar, tem a ver com uma ação civil pública, recentemente ajuizada para fazer valer uma lei desta Assembleia aqui. E aí cumprimento os Deputados por terem aprovado essa lei, aprovaram, que foi a Lei n.º 20.685/2021, que melhorou a Lei da Transparência Estadual, que é a Lei n.º 16.595/2010, obrigando a publicação pelas estatais e por alguns órgãos do Estado, dos chamados jetons, as verbas que são pagas para conselheiros de empresas estatais e órgãos que têm conselhos aqui no Estado do Paraná. Embora essa lei tenha sido aprovada e muitos conselhos passaram a cumprir, vários outros não estavam cumprindo. A ONG Vigilantes da Gestão Pública entrou com uma ação civil pública, em 30 de junho de 2022, e obrigou a partir de uma liminar aqui em Curitiba – não me lembro qual a Vara de Fazenda aqui em Curitiba –, mas o Juiz da Vara da Fazenda, competentemente, deu uma liminar obrigando as estatais e os órgãos públicos, que ainda não cumpriam a lei, a cumpri-la. Vejam os senhores, quase todas estão cumprindo agora. Então, agora, sabemos, enfim, quanto que pagam para os jetons a Polícia Civil; a APPA, que são os Portos de Paranaguá e Antonina; a Ceasa; a Copel; o DER; o Detran; a Fomento Paraná; o Tecpar. Também sabemos de mais informações, embora não sejam tecnicamente jetons que pagam aos seus conselheiros: a Compagas; a Sanepar; o IDR; à RTVE. Então, essa lei, aliás, é de minha autoria e de autoria do Deputado Tiago Amaral. Então, celebro a aprovação dessa lei. Celebro o trabalho nosso aqui na Assembleia. Celebro a atuação dessa ONG. Celebro a atuação da Vara da Fazenda Pública e também, por que não dizer, o Governo do Estado que passou a cumprir a legislação. Transparência é sempre bom. Inclusive, antes de vir aqui para o Plenário, notei que a Assembleia recolocou no ar boa parte das informações que havia retirado do ar há duas semanas, que eram as verbas de ressarcimento dos Deputados, como a documentação, e a relação de cargos e salários pagos a Deputados e assessores. Essas informações voltaram ao ar. Não voltaram os documentos, não voltaram os PDFs dos documentos. Parece-me que ainda a Assembleia vai analisar se alguns dos documentos expõem informações sensíveis aos Deputados, que de fato



corretamente não é o certo publicar. Não dá para publicar CPF de Deputado, não dá para publicar endereço de Deputado. Agora, dá para publicar, sim, o serviço e a descrição do serviço e o valor pago. Não tem problema nenhum em fazer isso. É só colocar uma tarja preta em cima do endereço, por exemplo, e publica. *Ah, o Deputado tem o aluguel de um apartamento em Curitiba.* Pode deixar a rua, apaga ali o número, talvez, o número do apartamento, deixa a rua e deixa qual é o valor que é pago, a descrição do serviço, não tem problema nenhum. Está cumprida a Lei de Transparência e a Lei de Proteção aos Dados. Então, essas informações me parece voltaram, agora, outras vão voltar em breve e é o certo a fazer. Parece-me que essa iniciativa sofreu não só ações judiciais, como uma determinação do Ministério Público Estadual. Pessoalmente fui até o Ministério Público Federal, pedi a atuação do Ministério Público Federal nesse caso. Possivelmente, ainda vem uma atuação do Ministério Público Federal a respeito dessa conduta. Deputado Michele, por favor.

Deputado Michele Caputo (PSDB): Obrigado, Deputado Homero. Queria só fazer um comentário a respeito dos dois temas que o Deputado abordou com muita propriedade, que é a questão da transparência e a questão da participação do Ministério Público Federal. Só faço uma consideração aqui, uma crítica, porque nesta Casa – o Deputado conhece, ele participou ativamente das Sessões –, pedimos para que esses acordos de leniência viessem ao conhecimento da Assembleia Legislativa. Não vieram. Então, acho que a transparência é importante para todos. Esta Casa, para poder exercer o seu papel, poderia ter colaborado mais e ajudado a esclarecer as dúvidas dos cidadãos do Paraná, se nesse processo o Ministério Público Federal no Paraná tivesse nos mandado aqui as cláusulas que compunham esse acordo de leniência. Agora, de qualquer forma, essas obras só saíram por uma ação do Ministério, que reconheço. Mas em nome da transparência, que é o segundo ponto que o senhor aborda, também acho que teria sido importante que eles tivessem facultado à Assembleia Legislativa do Paraná todos esses critérios, todas essas cláusulas. Obrigado, Deputado.



DEPUTADO HOMERO MARCHESE (REP): Obrigado, Deputado Michele. O último assunto sobre o qual gostaria de tratar tem a ver com uma reportagem na RPC, que noticia que ao contrário do que se imaginava, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná foi, sim, alvo de um ataque *hacker*, que pediu resgate para restabelecer os sistemas do Tribunal. Em maio, o Tribunal de Contas, os sistemas do Tribunal de Contas – desculpe – foram retirados do ar por conta de um ataque *hacker*. Por dois meses, os sistemas do Tribunal ficaram parcial ou, integralmente, fora do ar. O Tribunal ficou sem conseguir cumprir, regularmente, as suas missões. Chamamos aqui o Presidente do Tribunal de Contas, o Conselheiro Fabio Camargo, para falar sobre o episódio. O Conselheiro Fabio Camargo falou sobre vários assuntos, inclusive, da sua descendência do Barão de Cerro Azul, mas não tocou no principal assunto que lhe trouxe aqui, que foi justamente dizer se houve ou não pedido de resgate, quais eram os danos causados ao sistema do Tribunal de Contas. Essa reportagem da RPC diz que sim, inclusive, teve acesso à mensagem que os *hackers* deixaram, em inglês, na rede interna do Tribunal. A mensagem dizia mais ou menos o seguinte: “Queridos usuários, os seus arquivos foram encriptados, alguns estão comprometidos. Tenham certeza de que vocês não conseguirão restaurá-los, sem a nossa ajuda. Vocês precisam de uma chave privada, que só nós temos para fazer isso. Contate-nos para chegarmos a um acordo ou vamos divulgar, vamos vazar as informações para a imprensa. Você vai precisar fazer o *download* no arquivo que ele menciona aqui. Depois da instalação abra esse *link* – que transcreve embaixo – e contate o nosso suporte – os caras ainda chamam de suporte, o *hacker* chama de suporte o serviço. Seja cuidadoso com a sua mensagem ou você nunca mais vai ter os seus arquivos de volta.” É claro que o Tribunal de Contas não quis isso daí. É evidente que o Conselheiro Fabio Camargo, como os outros Conselheiros, não quiseram esse tipo de ataque. É evidente que ninguém está querendo tripudiar o que aconteceu, é um tipo de situação a que os órgãos podem estar sujeitos, infelizmente isso tem acontecido inclusive com grandes empresas aqui no Brasil, o problema é como esclarecer a situação, como tratar da crise. Este Tribunal de Contas, ele tem ascendência, ou pelo menos deveria ter sobre,



desculpe, esta Assembleia deveria ter ascendência sobre o Tribunal de Contas. A Constituição diz que o Tribunal de Contas é órgão auxiliar da Assembleia Legislativa, no entanto, o Conselheiro, Presidente do Tribunal de Contas teve aqui, Deputado Gilberto, e não falou isso para nós, embora tenha sido perguntado. Isso que é grave. Uma entidade que toma contas das outras entidades precisa dar o exemplo, precisa ser transparente, precisa falar a verdade. Parece-me inclusive que alguns Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado não sabiam que o órgão tinha sido atacado e havia tido um pedido de resgate. Vejam a profundidade da situação. Por que não jogar limpo? Em uma dessa aí, sim, poderíamos ser mais solidários. Qual seria a dificuldade em expor esse fato à população? Espero que não tenha sido pago o resgate, porque o silêncio sobre esse assunto até desperta dúvidas. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próxima oradora, Deputada Cristina Silvestri.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Cristina Silvestri (PSDB); Ricardo Arruda (PL); Tadeu Veneri (PT); Arilson Chiorato (Oposição); e Luiz Claudio Romanelli (Governo).

DEPUTADA CRISTINA SILVESTRI (PSDB): Senhoras e Sr.^s Deputados, imprensa que nos acompanha. Hoje venho a esta tribuna mais uma vez para falar sobre a precariedade da saúde no Paraná. Especificamente venho falar sobre a minha região, a região Central do Paraná, e o Hospital Regional Bernardo Carli, em Guarapuava. Esse hospital foi idealizado, construído e vocacionado para o trauma, por ele estar em uma localização central, entre a 277 e a 466, com heliponto, com tudo para atender a toda a nossa região, para que os pacientes não precisem mais ir para Curitiba para ser atendido, realmente para regionalizar a nossa saúde. Com 40 leitos de UTI e 80 leitos de enfermaria. Muito bem, o hospital foi inaugurado no início do Governo Ratinho para atender à Covid. Ele iniciou com 20 leitos para a Covid e 40 leitos para enfermaria, não era suficiente. Aí nós corremos atrás, digo nós porque eu



estava junto, corremos atrás para emprestar leitos de outros hospitais, para emprestar respiradores de hospitais que não estavam atendendo à Covid, ir atrás de intensivista para abrir mais 20 leitos de UTIs, porque as pessoas estavam morrendo, como todos vocês sabem, nas UPAs e nas UBSs. Muito bem, terminou a pandemia e o hospital fechou. De tanto a população pressionar, os políticos pressionarem, esse hospital voltou a abrir. Aí, muita reclamação, fui lá ver o que estava acontecendo. Quando entrei no hospital, bom, primeiro, a cobertura do hospital está enferrujada, tem goteira por todo canto no hospital. Quando entrei e passei, o pronto-socorro não tinha nada, vazio, vazio, fui entrando no hospital, a direção veio me encontrar, que, aliás, fazia muito tempo que estávamos cobrando do Governo quem ia assumir o hospital, quem iria? *Ah, estamos pensando, vamos resolver.* Enfim, assumiu o Funeas. Entrei lá no hospital, como falei, eles vieram ao meu encontro, e falei: “Está, como que está funcionando, como que vai ser, ou qual vai ser o atendimento aqui, quais as especialidades?” Eles falaram assim para mim, pasmem, pasmem, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados, eles me disseram: *Vai ser para tratar Covid e as complicações respiratórias.* Falei: “O quê? Covid já acabou, que Covid? Se aparecer alguns casos qualquer hospital aqui de Guarapuava vai atender à Covid, não precisa um hospital regional, com 80 leitos, com 40 UTIs, para atender à Covid”. Falei: “Está, então, problemas respiratórios. Muito bem. Cadê o respirador que não estou vendo? Cadê o tomógrafo?” Qualquer problema respiratório precisa de um tomógrafo. Não tinha nada, não tinha nada. Quem administrou à época da Covid, foi feito um contrato com o Erasto Gaertner, por R\$ 3 milhões. E agora o Funeas assumiu sem condições, o hospital não tem condições nenhuma, não tem equipamento, falta leito, falta tudo, enfim, e recebo muitas reclamações sobre isso. Esse hospital, gente, ele está funcionando hoje com dez leitos de UTI e 20 de enfermaria, para atender a uma população de 600 mil habitantes e 21 municípios da região. Então, é só fazer a conta, é menos de meio leito por município, Deputada Mabel, menos de meio leito por município, e menos de um leito de enfermaria por município. Esse é o Hospital Regional de Guarapuava. E conforme a última reunião que teve da Comissão de Saúde com a Direção do Hospital, o Funeas, o hospital



está recebendo R\$ 3 milhões, enquanto o Hospital Santa Tereza, que tem 19 leitos de UTIs e 173 de enfermaria, está recebendo do Governo R\$ 1 milhão e 700. Tudo SUS. O Hospital São Vicente tem 27 leitos de UTI e 173 de enfermaria, tem gente no Hospital São Vicente nos corredores, montado UTI dentro do pronto-socorro, por 1 milhão e 700. E o Hospital Regional 10 leitos de UTIs e 20 leitos de enfermaria por R\$ 3 milhões. O Santa Tereza, sou prova disso, porque eu que organizei a reunião na época da pandemia, de que precisávamos mais leitos, no auge daquela pandemia. Fizemos uma reunião com a direção da Secretaria da Saúde e eles liberaram quantos leitos o Hospital Santa Tereza pudesse apresentar e oferecer, que eles iriam abrir, que eles iriam pagar, que ficassem tranquilos. *Podem abrir os leitos porque vamos pagar.* Não tinha contrato, era no desespero da pandemia. Muito bem, eles atenderam, eles atenderam durante 611 dias, compraram medicamentos, equipamentos e insumos, e não receberam, estão até hoje lutando para receber esse recurso, estão com uma dívida de R\$ 2 milhões e não conseguem pagar os fornecedores. Então, gente, essa semana passada, coisa de 15 dias atrás por aí, fui procurada por uma família desesperada, que um familiar estava intubado, precisava fazer uma traqueostomia. Você acredita, Deputada Mara, que não tinha foco cirúrgico no Hospital Regional para fazer uma traqueostomia, e a pessoa teve que continuar sendo intubada, quando já tinha passado esse prazo? Uma semana depois me liga outra família desesperada: *Cristina, pelo amor de Deus, me acuda. Tenho um familiar que está com problema renal gravíssimo, o Hospital São Vicente está lotado e preciso transferir para Curitiba, mas o Hospital Regional não tem UTI móvel.* O Hospital Regional não tem UTI móvel para transportar um paciente passando mal. E as pessoas, Deputada, morrendo nas UPAs e nas UTIs, nas UPAs e na UBSs. Continuam morrendo da mesma forma. Essa é a situação da saúde no nosso Estado. E dinheiro para a saúde não falta. E todos aqui sabemos que não falta. O que falta é sensibilidade, é gestão, é humanidade. E não podemos mais admitir, Governador Ratinho, que as nossas famílias, que a população continue morrendo nas UPAs e nas UBSs por falta de condições de



atendimento. É muito grande a decepção e a tristeza com a saúde do Paraná. Muito obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, colegas Deputadas, Deputados e os que nos acompanham aqui na *TV Assembleia* e demais mídias. Acho que a grande maioria das pessoas tem acompanhado, estamos aí em um período eleitoral, temos acompanhado as falas dos candidatos a Presidente. Tem uma fala que me preocupa muito, que vem se repetindo, que é a fala do candidato Lula. Uma fala autoritária. Uma fala em desrespeito às igrejas, aos cristãos. Lula vem repetindo que os pastores mentem no altar, que os pastores são mercenários, que as pessoas não têm que ir à Igreja, podem ficar em casa para buscar Deus, que o pastor está mentindo. É bem delicado isso, porque mesmo vendo que quando ele fala ele tem sinais visíveis de embriaguez e sempre com uma garrafinha de água que ele pega e vai alguém lá e tira da mão dele rapidamente. Isso já está aqui, todo discurso dele tem alguém lá, pegou a garrafinha, arranca da mão dele. Nunca vi ninguém arrancar garrafinha de água da mão de ninguém. Então, estão controlando, porque ele deve estar dependente, infelizmente, desse vício do álcool. Lamento muito. Agora, o que nos preocupa é que a fala dele vem muito em comum com o que está acontecendo na China, na Nicarágua, em Cuba e na Venezuela. Estão proibindo, tirando a liberdade de culto. Eles não querem que seja feita a pregação do Evangelho, da palavra de Deus. Todo regime autoritário é contra as Igrejas, porque eles não gostam de Deus, não gostam de religião. Eles gostam deles. É a palavra deles. Eles se julgam o Deus daquele país. Então, é importante que todas as igrejas, que os cristãos estejam bem atentos ao que está acontecendo. Se você é cristão, realmente, nunca você pode apoiar ou querer votar em uma pessoa que é contra as Igrejas, em alguém que defende tudo, que a palavra de Deus nos orienta. Eles defendem o quê? Defendem a liberação do aborto. Defendem a liberação das drogas. Um



incentivo à ideologia de gênero. Enfim, tudo que a Bíblia nos orienta esse povo joga contra. Deputado Nelson, vivemos momentos sombrios em nosso Brasil e muito delicados. Por quê? Muita gente acha que não, não tem nada a ver, esse Governo já esteve aí, não é assim. Não foi assim. Hoje em dia está muito evidente a pregação do descondenado. Ele diz que vai controlar a mídia. Controlas as Igrejas. Desarmar o povo. Ora, isso é democracia? Nunca. Isso é regime autoritário. Lembrando que o Lula e todos que fazem parte desse segmento do PT, da esquerda, defendem Cuba, Nicarágua, Venezuela, dizendo que são países livres. Nunca vi um país livre que proíbe tudo. Que proíbe a internet, que proíbe pregar o Evangelho. que proíbe a pessoa ter uma arma. Isso se chama ditadura. Mas a esquerda sempre joga com palavras: *Não, defendemos a democracia.* O que mais ouvimos é isso aqui: *Queremos defender o Brasil contra atitudes antidemocráticas do Presidente Bolsonaro.* Qual? Qual? Ter dúvidas sobre as urnas eletrônicas? O Brasil inteiro tem. O mundo inteiro tem. Tanto é que o mundo inteiro já mudou. Já são urnas eletrônicas com voto impresso. Não tem problema nenhum. Mas aqui não. Tudo para eles é movimento antidemocrático. Mas qual democracia eles defendem? Vou repetir, a de Cuba, Venezuela, países esses que o PT encheu de dinheiro nosso, fez obras milionárias e concluiu enquanto não concluiu nenhuma no Brasil. Eles que apoiaram a ditadura aqui na América Latina, na América do Sul, foi o PT. Foi o Governo do PT. Então, nós que somos cristãos, e o Brasil é um País de 80% de cristãos, não podemos jamais apoiar a volta desse “descondenado” ao poder, porque, se voltar, será a desgraça do nosso País, em todos os sentidos, moral, ético, financeiro e, com certeza, o Estado laico terá um fim se essa esquerda voltar ao poder. E não sou eu que estou inventando isso não, é só acompanhar os discursos do “descondenado” Lula. Acompanhem e vocês verão. O homem está exalando, não só álcool, mas como ódio. Ódio contra as Igrejas. Ódio contra a palavra de Deus. Ele falou que as Igrejas não podem apoiar político. Por quê? Não pode apoiar político, por quê? O cristão vota também, seu Lula. Ou você acha que só bandido pode votar? Que é o teu eleitorado favorito. Só o partido do PCC pode votar? Pode, porque é partido de bandido. Aí é voto para ele. Lula, entenda uma coisa, o



Brasil é um País livre, onde impera a democracia e vai continuar imperando a democracia. A sua vontade, a tua, do Zé Dirceu e outros comunistas aliados a você, que querem não ganhar no voto, tomar o poder, como já falou o Zé Dirceu, até o Barroso falou isso, que se toma o poder. Não estou inventando. Tudo isso está gravado e vamos colocar aqui na internet a fala de cada um, para que a população veja que trabalhamos com a verdade e eles trabalham com a mentira. A figura do diabo, na Bíblia diz que o diabo veio para matar, roubar e destruir. Gilberto Ribeiro, alguma semelhança com o Lula? Nenhuma? É ele em pessoa. Veio para roubar, mentir, destruir. Olha, parece que isso aqui é um discurso político. Não, isso é um discurso de um brasileiro que se preocupa muito com o futuro do nosso Brasil. Mas o Brasil verde e amarelo; o Brasil com ordem e com progresso; o Brasil que respeita seu povo e não engana o povo; o Brasil que fala a verdade e não mentiras; o Brasil que não fica prometendo e, sim, realizando. PT foi o Governo das promessas, das mentiras e dos roubos. O Governo Bolsonaro é o Governo da verdade, da competência, do respeito à democracia, do respeito à Constituição Federal, do respeito ao povo. Por isso que o Brasil hoje é um dos melhores países, onde a economia está sendo exemplo para o resto do mundo. Todos os índices econômicos estão em alta no Brasil. Vivemos uma deflação e o mundo em uma inflação. Temos hoje o preço do combustível, na média, um dos menores do mundo. No Brasil não falta alimento, não falta combustível, não falta nada, e no resto está faltando tudo. Aqui, para nós, queremos e defenderemos sempre: Deus, pátria e família. E aquele Partido vai continuar mentindo, enganando e querendo voltar à cena do crime para voltar a roubar, como fez a Cristina Kirchner, da Argentina. O povo acreditou na ladrona, ela voltou e está saqueando e destruindo a Argentina. Temos exemplos bem próximos ao Brasil. Não podemos colocar o nosso Brasil nesta lama que esse governo de esquerda fez e faz no mundo inteiro. Onde a esquerda põe a mão é desgraça, é dor, é massacre da população. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Tadeu Veneri.



DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Vimos e ouvimos, nesse último final de semana, algumas matérias a respeito de um grupo de empresários bastante conhecidos, alguns deles ou as suas empresas, pelo menos, Deputado Nelson Justus, fazendo algumas afirmações em um grupo de *WhatsApp* que são bastante preocupantes, Deputado Homero. Quando digo preocupantes não se trata de ser a favor ou contra o Governo de direita, de esquerda, do que seja. Mas um grupo de empresários onde em determinado momento um dos empresários diz que se, se for para o candidato Lula ganhar a eleição, é melhor que haja um golpe. E estamos falando de pessoas que têm um patrimônio bastante significativo, um deles, por exemplo, dono do Coco Bambu, uma rede de restaurantes conhecida no Brasil inteiro, outro dono de uma rede de roupas esportivas, a Mormaii, da Multiplan que tem mais de 400 lojas no Brasil. E é preocupante quando empresários que integram esse tipo – como disse aqui na *Folha de São Paulo*, “Grupo Pró-Golpe” – e que têm empréstimos no BNDES, têm dívidas com a União. Estão entre eles, lógico, talvez um dos mais conhecidos o dono da Havan, e fico preocupado quando vejo isso porque se alguém acredita que Golpe de Estado é feito apenas por militares, deveria acreditar, também, em Papai Noel. Na verdade o golpe ele é organizado, patrocinado e financiado por civis usando os militares que se prontificaram, também, em 1964, a fazer esse papel. Mas quando vimos todo esse processo e vimos também um Juiz do Trabalho, Juiz Federal que participava do mesmo grupo, é surpreendente, Deputado Arilson, porque este mesmo Juiz que participa desse grupo, é o Juiz que em algum momento pode ter – não estou dizendo que tem –, mas pode ter ações que serão julgadas por ele ou pelo Tribunal Regional do Trabalho, envolvendo estes grupos também, esses grupos empresariais. Foi por isso que fizemos uma representação ao CNJ, pedindo que o CNJ tome providências com relação ao Juiz Federal. Não é possível, Deputado Homero já se referiu algumas vezes a isso aqui e outros Deputados também, não é possível que você tendo um cargo que exige, primeiro, discrição, é preciso que haja discrição, o Juiz tem que ter a discrição até porque tem que ter equidistância para julgar, passe a integrar grupos e dar palpites e fazer comentários com



empresários: *Ah, vamos dar um golpe mesmo, é melhor fechar. Vão morrer alguns? Ah, talvez morram, alguns milhares, algumas centenas de milhares, mas serão, eles, o seu sangue será o sangue dos heróis.* Precisamos fazer aqui, no Brasil, aquilo que foi feito na Revolução Francesa no final dos anos 1700. E, engano, será, Deputado Homero, talvez não conheça a história, que em 1792, 1700 dali para frente, 89, 92, quando a Revolução Francesa começa a tomar um rumo que não era propriamente aquele esperado pelo povo, não foram propriamente os mais pobres que morreram. Foram os nobres, foram os ricos. Então, quando um rico fala isso, primeiro que é ignorante. É uma coisa assim, a ignorância, infelizmente, parece que é uma doença que afeta muita gente que se julga imune a ela. Segundo quando eles falam da Revolução Americana e propagam também que tivéssemos algo semelhante à Revolução Americana, com o Coronel Lee ou o General Lee tomando conta de tudo, eles esquecem que a Revolução Americana, onde o General Lee era o comandante, Professor Tercílio, foi justamente a parte que perdeu. Ele era comandante das tropas do Sul. Esse povo é ignorante, burro mesmo, com todo respeito aos burros, burro animal. É burro mesmo, povo que faz comentários que acha que é rico, e porque é rico pode falar tudo quanto é besteira. Esse povo, não por outro acaso, está sendo hoje investigado, e solicitamos também que haja uma investigação do Ministério Público Federal, por formação de quadrilha. Por que é diferente um grupo que se propõe a financiar um golpe, um grupo que diz que se houver golpe é preferível haver golpe e que, mesmo assim, eles continuarão negociando com outros países porque isso não acabará, o capitalismo é assim mesmo? Fico me perguntando, aqui, Sr.^s Deputados, para aqueles que têm muitas vezes uma admiração grande, e não estou dizendo que isso é não é legítimo, por países como os Estados Unidos, que é a maior democracia liberal talvez que tenhamos, imagina, Deputado Homero, nos Estados Unidos um grupo de empresários passar a organizar mesmo que, não com a intenção como dizem eles depois aqui, está aqui, os empresários dizendo que é apenas mensagens que teriam sido feitas informalmente, que nos Estados Unidos estivesse uma participação da Rússia para interferir diretamente; ou tivesse a Al Qaeda sendo financiada e dizer que



é melhor que a Al Qaeda ganhe um espaço significativo nos Estados Unidos do que o Joe Biden ganhe a eleição. As pessoas seriam, no dia seguinte, levadas para Guantánamo! Não há condescendência com golpistas. Não teremos também condescendência com golpistas. Por isso mesmo que fizemos a representação contra o Juiz Federal. Perguntaram-nos: *Mas por que fazer isso se ele só fez uma opinião?* Não é apenas uma opinião. As opiniões não estão feitas, em um momento grave como esse, feitas por pessoas comuns. São pessoas que têm peso na economia, que têm peso na sociedade. Um deles propõe, inclusive, que seja pago, Deputado Evandro, seja paga uma gratificação para seus empregados para que eles votem no Bolsonaro. E daí o outro pergunta: *Mas será que isso não é crime eleitoral?* Ah, acho que não. Meu Deus do céu! Pagar uma gratificação para seus empregados para que votem em um determinado candidato e diz que não acha que isso aí seja problema, que não é compra de voto nem nada. Às vezes fico pensando que o Brasil, realmente, é um País difícil de ser entendido – pelo menos por quem não mora aqui – onde empresários que ganharam rios de dinheiro durante todos esses anos, em todos os Governos, simplesmente utilizam recursos do BNDES, utilizam recursos muitas vezes de bancos públicos, não recolhem impostos como deveriam e aí passam a fazer apologia a golpe achando que isso é normal e que o dia 7 de setembro será o dia em que os patriotas tomarão conta novamente do País. Vergonhoso! Dia 7 de setembro era para ser uma grande comemoração no Brasil pelos 200 anos de Independência. Infelizmente, com todas as situações criadas pelo Presidente Jair Bolsonaro, será apenas mais um dia, porque Jair Bolsonaro tenta transformar o 7 de setembro no dia, talvez, como diz ele, “a última vez que iremos às ruas”. Provavelmente será mesmo, porque depois do dia 7 de setembro virá dia 2 de outubro e aí, talvez, não vá para rua, vá para cadeia, porque quem propõe isso certamente tem um lugar, e o lugar não é o mesmo que as pessoas que estão buscando, de forma legítima e legal, fazer com que tenhamos uma eleição correta, limpa, e que aquele que tiver o número maior de votos seja o representante do nosso País nos próximos anos. Obrigado, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados.



DEPUTADO GALO (PP): Presidente, *pela ordem*, por gentileza. Turini, é o Galo aqui atrás.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): *Pela ordem*, Deputado Galo.

DEPUTADO GALO (PP): O nosso querido Deputado Guerrinha exatamente neste dia 22, dia 22, nada a ver com o Bolsonaro, nada a ver com o Bolsonaro, mas é dia 22, nasceu a Antonela. Ah, nasceu dia 14? Ele é papai e não queria contar para ninguém aqui dentro da Assembleia que nasceu a filha, ficou quietinho, mas foi revelado. Então, só para registrar, nosso querido Turini.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Parabéns para o nosso Deputado Guerrinha! Passamos ao horário da Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Deputado Guerra, parabéns, querido! Muita saúde e luz para a sua filha! Deus abençoe! Presidente Tercílio, preparei-me aqui hoje para falar de alguns assuntos pertinentes ao nosso Estado. Em relação à renúncia fiscal com recursos que voltam para as Prefeituras, pedágio, desde investimento na segurança pública e na educação, mas, às vezes, somos acometidos a ter que mudar de tema pelos debates que ocorrem durante o processo e durante a Sessão. Existe um livro do historiador, professor da Unicamp chamado Leandro Karnal. O título do livro é *Todos contra todos: o ódio nosso de cada dia*. Nesse livro, o historiador coloca como estamos sendo alimentados por uma sociedade do ódio e como que esse ódio prejudica a vida das pessoas, a essência da felicidade, a condição de convivência no coletivo. Ele tem uma definição muito simples e prática, que é a seguinte: o ódio é uma interrupção do pensamento e uma irracionalidade paralisadora. Como pensar é árduo, odiar é fácil. O ódio é o ópio da mente. A vida é muito curta para que percamos tempo com pessoas que tanto falam de ódio, praticam o ódio ou espalham o ódio. Quando você tem uma candidatura que está naufragando, quando você tem um País que não tem projeto, cujos



números econômicos o deixam na condição insustentável de defesa, você passa a usar o ódio, a agredir o seu adversário, a classificá-lo de forma indevida, irresponsável e de forma agressiva. É isso que estamos vendo. Não tem projeto, 33 milhões de pessoas passando fome, 65 milhões de pessoas na linha da subnutrição, um caos social, pessoas morrendo, morando debaixo de marquise, no meio da rua, e aí você vem agredir o Lula. Claro, fácil, simples tirar o problema de quatro anos de incapacidade e agredir o outro candidato, só porque ele lidera há um ano e meio as pesquisas eleitorais sem cair um centímetro das intenções de voto. Esse ódio não dá certo. Esse ódio provocou todo esse caos. Esse ódio provocou a negação da vacina, negação da Ciência. Esse ódio queria acabar com o SUS. Esse é o mesmo ódio que atua para continuar a privatização em massa, a entrega do Estado brasileiro, a entrega dos recursos naturais do País, a entrega das estatais, e tudo ao bel-prazer do mercado, que para eles inclusive passa a ser o Deus mercado. O Deus proliferado pela boca de algumas lideranças que pertencem ao clã daquele inquilino que ocupa o Palácio do Planalto é na verdade o mercado. Não é o Deus da fraternidade, da solidariedade. Não tem como um líder nacional, um Presidente da República, zombar que as pessoas tinham falta de ar onde morreram 680 mil brasileiros. Essa política do ódio não está levando a nada. Essa política do ódio vai levar à derrota acachapante no primeiro turno. Será o primeiro Presidente da República a não se reeleger na história, e será o primeiro Presidente eleito a perder eleição no primeiro turno. Tudo porque o ódio tomou conta, inclusive daquele que prolifera o ódio. O ódio é contagiente, pelo jeito sedutor demais, inclusive, porque muitos estão envolvidos com esse processo, mas temos que nos ater a temas importantes que mudem a vida do povo paranaense. Esta é a finalidade desta Assembleia. A Assembleia precisa discutir o Paraná. Claro, pensa-se globalmente, mas age localmente. Uma frase conhecida e usada na administração pública, inclusive, e por isso quero aqui abordar algumas coisas do Estado do Paraná que não vão bem. A principal delas é o fato de o Governo do Estado tirar dos mais pobres para dar aos mais ricos. Robin Hood às avessas. Copiei essa fala de um colega nosso. Também ouvi essa fala de um jornalista amigo meu. Perguntei para ele e para



outras pessoas uma provocação: *Como você avalia o atual Governo do Estado?* Ele definiu. Fiquei imaginando depois como foi assertivo. A Sanepar aqui no Estado do Paraná é um Robin Hood às avessas, tira dos mais pobres para dar aos ricos: 24% de aumento na tarifa de água nos três últimos anos, aumentos acima inclusive da inflação. Para quê? Para repartir com seus grandes sócios, ou seja, para o Deus do mercado, que é o mesmo Deus do inquilino do Presidente atual da República. A Copel também tira dos pobres para dar aos mais ricos. A Copel distribuiu 65% do seu lucro para o mercado, principalmente para os norte-americanos, que é a maioria da composição acionária. Aqui no Paraná, o Governo do Estado arrocha os ganhos dos aposentados, mas tira via Copel e abastece o fundo de pensão dos funcionários públicos dos Estados Unidos. Copel e Sanepar são empresas públicas paranaenses. Claro que não podem gerar prejuízo, trabalhar no vermelho, digamos assim, mas, na verdade, não precisamos que ela repasse 3,1 bilhões desses fundos para acionistas. Precisamos que gere lucro e melhore a eletrificação rural, a tarifa noturna, que faça o custeio da tarifa social da água. É isso que precisamos. E o pedágio? Alô, pessoal, o pedágio! Amanhã, vou trazer em primeira mão uma notícia muito triste para o povo paranaense sobre o que aconteceu em Brasília sobre o pedágio. Parecia no discurso de muitos, Soldado Fruet, que tinha acabado o pedágio. Amanhã, vamos comprovar. Não é convicção, é prova, documento, documento sobre o que aconteceu com o pedágio do Paraná nas últimas semanas. Vínhamos alertando do que era que podia ocorrer com o pedágio e, de forma silenciosa, para não dizer sorrateira, o Governo Federal fez um movimento da ANTT ao TSU e, amanhã vamos ter quentinhas informações que ferram o povo do Paraná. E, pelo jeito, o Governo paranaense foi solidário nesse processo. Mas vou trazer documentado, pedi para minha equipe fazer o levantamento, porque não era tão ruim quanto parecia, piorou muito. Pelo jeito estão com condições de dar um cheque em branco ainda maior, Deputado Romanelli, V.Ex.^a que é um mestre no tema do pedágio. Pelo jeito ocorreram modificações que ninguém sabia, nem mesmo esta Casa, não estava no projeto do pedágio original apresentado em 2021, mas agora apareceu. Pelo jeito não seria tema



das eleições, mas agora será pauta política do Paraná a informação que chegará a esta Casa amanhã, se for verdadeira. Se não for, vou subir aqui e vou falar que me equivoquei, mas, pela análise preliminar, parece que o pedágio se espalhou para outros lugares que não estavam na nossa informação, Deputado Evandro. Parece que foi além do que estava contido! Mas vamos discutir isso. Mas o pedágio também é um Robin Hood às avessas, tirou do povo pobre, tirou da produção, do setor de comércio do Paraná e repassou para o rico, que é a grande concessionária. Por fim e não menos importante, o Governo do Estado praticou uma renúncia fiscal inimaginável, sabe Deus quem foram os beneficiados, mas 17 bilhões de 57 foram renunciados e isso tem grande diferença na vida das pessoas. O policial que falta, o professor que falta, a enfermeira que falta, o remédio que falta foi aí! E desses 17 bilhões, 5,5 bilhões deixaram de ir para os cofres das Prefeituras do povo paranaense. Vamos debater esses temas todas as vezes que ocuparmos esta tribuna porque precisamos falar do Paraná, mas jamais virão ou me presenciarão proferindo um discurso de ódio contra a pessoa do Governador de que discordo ideologicamente e politicamente, jamais me ouvirão proferir... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): Deputado Arilson, por favor, para concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): ... proferir palavrões ou falar dos seus hábitos ou coisas que ele pratica de forma pessoal. Tenho discordância da forma com que é conduzido o Estado do Paraná, discordância ideológica, discordância política, discordância da forma administrativa e espero também que esta Casa mantenha a serenidade e que os discursos exagerados, excedentes, como ocorreram, limitem-se a ser objeto de pedidos de desculpas. Não dá para ajudarmos a espalhar o ódio, porque o ódio é o ópio da mente, literalmente. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – PSD): No horário da Liderança do Governo, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.



DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados, por primeiro quero agradecer ao Líder do Governo, Deputado Marcel Micheletto, que cedeu este horário da Liderança do Governo para que pudesse falar aqui sobre especificamente um pronunciamento que ouvi e que me parece não ser o mais adequado em relação à realidade. Refiro-me à fala do nobre Parlamentar Deputado Soldado Fruet, que particularmente todos sabem gosto muito dele, temos uma relação muito fraterna e ao mesmo tempo reconheço que ele exerce o mandato com absoluta independência, tem uma visão crítica sobre a questão do Governo e acho que é lícito que cada um expresse o seu ponto de vista. Mas o que quero falar é um tema que já falei outras vezes aqui nesta Casa, Deputado Guerra, pai da nossa Antonela... Que alegria, não é! Uma felicidade. Mas o fato é que sabemos, todos aqueles que acompanham o tema que envolve o pedagiamento das rodovias do Paraná feito no Governo Jaime Lerner, que iniciou por uma votação aqui nesta Casa em 1995, que votei contra e votei contra porque quando vi que o modelo era de concessão onerosa, entendi: *Não posso ser a favor deste modelo de pedágio, porque ele será um desastre para a economia paranaense.* E estava certo, infelizmente estava certo, foram 24 anos de sofrimento do povo paranaense com um preço de pedágio caro e ao mesmo tempo com a não realização de obras. Tivemos fases distintas do pedágio: a primeira fase foi da implantação e da medida tomada pelo então Governador Lerner de poder reduzir o preço da tarifa às vésperas da eleição, o que gerou depois todo um contencioso com a retirada das obras pelo acordo feito no ano de 2000 e da postergação da realização dessas obras. Veio o Governo Requião, que na campanha de 2000 o Requião dizia: *O pedágio abaixa ou acaba.* Sabemos, as empresas concessionárias judicializaram este processo todo e a Justiça Federal manteve o contrato de pedágio hígido durante toda a sua vigência, os 24 anos, com sucessivos reajustes tarifários e com as empresas não realizando as obras que estavam previstas no contrato original. Isso todos sabemos, a minha narrativa aqui não traz nada de novo. O que traz de novo? Traz de novo foi quando o Governador Richa assumiu o Governo dizendo o seguinte: *Vou dialogar, vou encontrar soluções para que*



possamos fazer com que essas empresas realizem as obras. Deu certo? Deu certo, de fato o Governo Richa conseguiu destravar para que pudéssemos realizar as obras que estavam previstas nos contratos e exemplo é a duplicação da BR-369, entre Jataizinho e Cornélio Procópio, que pessoalmente me empenhei muito e está lá a obra de duplicação concluída, 33,4 quilômetros de rodovia duplicada de ótima qualidade. Digo isso porque se tivéssemos sido muito firmes até o final do contrato, as obras teriam todas elas sido realizadas. No meio desse processo todo, V.Ex.^{as} sabem, o Ministério Público Federal, por meio da Procuradoria da República no município de Jacarezinho, que tinha jurisdição sobre uma concessionária, a concessionária Econorte, fez uma ação pelo então Procurador da Justiça, que depois acabou sendo exonerado, que foi o Procurador Diogo Castor, que criou a *Operação Integração* e, por uma medida tomada no âmbito da *Operação Lava Jato*, essa *Operação Integração* foi arrastada para o âmbito da *Operação Lava Jato* – na verdade, são aquelas esquisitices que aconteceram na República brasileira que acabaram por invalidar tantos processos judiciais. O fato concreto que queria dizer aqui é que hoje, na verdade enquanto o Governo do Estado celebra com muita inteligência a realização da obra do Trevo das Cataratas, tão aguardado, alguns querem desmerecer o fato da decisão que foi tomada. Quero dizer o seguinte, o acordo de leniência, senhoras e senhores, foi um acordo de leniência que infelizmente foi muito malfeito. Por que foi malfeito? Porque ele foi a grande oportunidade que tínhamos para que se exigisse das empresas que aceitaram fazê-lo – são apenas três concessionárias, a RodoNorte, que é controlada pela CCR, a Ecovias e a Ecocataratas, que são controladas pela CR-Almeida, que agora se chama EcoRodovias. Pois bem, essas empresas fizeram o acordo de leniência e não cumpriram os contratos originalmente previstos, não realizaram a duplicação de Paranaguá a Praia de Leste, não realizaram a duplicação de Cascavel até Foz do Iguaçu, obra, aliás, que havia sido retirada irregularmente do contrato, que havia sido assinado um pré-contrato no Governo Requião para uma redução de tarifa que não aconteceu e a obra foi retirada de duplicação. O fato é que indiscutivelmente quem apontou... o contrato era do Estado do Paraná e quem apontou as obras que foram realizadas foi o Governo do



Estado, por meio do DER e da Secretaria da Infraestrutura e Logística, foi o Governador Ratinho Junior, não dá para desmerecer, ele colocou como prioridade a realização da obra do Trevo Cataratas, ouvindo o grande reclame da Região Oeste do Paraná. Não dá para deixar as obras todas que foram realizadas aqui na região de Ponta Grossa, obras tão importantes na BR-376, no grande entroncamento rodoviário que temos no Estado, na Souza Naves, todas essas obras na verdade foram obras apontadas pelo Governo, inclusive com a duplicação de mais um trecho da BR-367, a Rodovia do Café. Mas, ora, se o Ministério Público Federal não tivesse piscado, minha gente, a Rodovia do Café teria sido integralmente duplicada, não teriam ficado 60, 70 quilômetros sem duplicação, como também teria sido duplicado aquele trecho da BR-151, entre Piraí do Sul e Jaguariaíva do Sul, que ficaram 19 quilômetros sem duplicar que estavam previstos, Deputado Nelson Justus e Deputado Marcel Micheletto, no contrato original, mas o Ministério Público, em vez de fazer naquele momento o que as empresas queriam, livrar os seus executivos da cadeia e ao mesmo tempo ficarem livres para poder licitar e contratar com o Poder Público no Estado do Paraná e em nível federal, porque elas iam ser declaradas inidôneas. O que está acontecendo? Hoje, a CCR e a EcoRodovias são as duas únicas empresas que foram beneficiadas pelo acordo de leniência, que podem, inclusive, muito provavelmente e querem ganhar o pedágio aqui no Estado do Paraná. Podemos no futuro ficar reféns novamente de duas empresas, que são descumpridoras de contratos, que são assinados. Por isso que há muita preocupação, inclusive, do Governador Ratinho, Deputado Arilson Chiorato, que como o senhor sabe, todos sabem, o Governador não assinou ainda, não assinou a delegação das rodovias, a cessão das rodovias para o Governo Federal. Por quê? Porque as condicionalidades todas estão postas em relação à menor tarifa e também à realização das obras. Esse contrato, inclusive, Vossa Excelência tem sido porta-voz, aliás, daquela tribuna, que se ganha às eleições o Presidente Luís Inácio da Silva, o que vai prevalecer é a licitação sem taxa de outorga, obviamente, como não tem agora ou sem degrau tarifário de 40% e licitação sendo feita, exclusivamente, pelo menor preço. Na verdade, os modelos estão postos. Obviamente o Governo do Paraná só tem



20% dessas rodovias, o restante são rodovias federais. Aliás, federais, diga-se de passagem, construídas com o dinheiro do povo do Paraná, como foi a BR-376, a Rodovia do Café, como foi a BR-369. Aqui, sempre aplicamos o dinheiro do Tesouro do Estado e depois passamos o patrimônio para a União. Aliás, é rodovia federal nada, é rodovia do Estado do Paraná, que acabou sob título da União. Agora, o acordo de leniência, desculpe-me, teve efeitos positivos? Teve, é importante. Ainda todos esperamos os anexos, onde em tese estarão as pessoas, agentes políticos, agentes públicos, que cometeram ilícitos e até hoje não veio a público isso. Lembro-me que aquele chefe da *Operação Lava Jato*, aquele Procurador Carlos Fernandes, senão me engano, é o nome dele... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Romanelli, um minuto para concluir.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Concluo, Excelência. Dizer o seguinte, a nossa prioridade não é a realização das obras e nem reduzir tarifas. A nossa prioridade é o combate, a punição aos que cometeram crimes. Até hoje não vimos efetivamente a punição desses agentes públicos e políticos que cometeram crimes, segundo as alegações do Ministério Público Federal. Agora, em compensação, a CCR e a EcoRodovias deram migalhas, fizeram migalhas, em um acordo que foi extremamente ruim do ponto de vista do interesse público. Elas poderão novamente se tornar donas das rodovias. O Trevo das Cataratas pode e deve, sim, ser creditado à forma com que o Governador Ratinho conduziu esse tema do acordo de leniência, que se era ruim, pelo menos, priorizou aquilo que era essencial para a economia e para o sistema de infraestrutura do Estado do Paraná. Era isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Solicito à Deputada Mara Lima que faça a leitura de uma mensagem que acaba de chegar à Casa.

SR.ª 1.ª SECRETÁRIA (Deputada Cantora Mara Lima – REP): Mensagem n.º 71/2022 do Governador do Estado, encaminhando para apreciação da



Assembleia Legislativa o Projeto de Lei (autuado sob o n.º 403/2022). , que autoriza a concessão de crédito presumido do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transportes Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS aos produtores ou distribuidores paranaenses de etanol hidratado combustível, com fulcro no inciso V do caput e no §5.º, ambos do art. 5.º da Emenda Constitucional n.º 123, de 14 de julho de 2022, e no convenio ICMS 116, de 27 de julho de 2022. Senhor Presidente, encaminhando nos termos dos artigos 65 e 66 da Constituição do Estado do Paraná, submete à deliberação de Vossas Excelências o texto do Projeto de Lei que autoriza o Estado do Paraná a conceder crédito presumido sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação aos produtores ou distribuidores paranaenses de etanol hidratado combustível.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Bazana (PSD), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (REP), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Fernando Martins (REP), Delegado Jacovós (PL), Elio Rusch (UNIÃO), Evandro Araújo (PSD), Francisco Bührer (PSD), Galo (PP), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Guto Silva (PP), Homero Marchese (REP), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcel Micheletto (PL), Marcio Nunes (PSD), Maria Victória (PP), Mauro Moraes



(UNIÃO), Michele Caputo (PSDB), Nelson Justus (União), Nelson Luersen (UNIÃO), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSD), Plauto Miró (UNIÃO), Professor Lemos (PT), Reichembach (UNIÃO), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Rodrigo Estacho (PSD), Soldado Adriano José (PP), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (PSD), Tiago Amaral (PSD) e Tião Medeiros (PP) (47 Parlamentares); **Deputado ausente com justificativa:** Coronel Lee (PDC), conforme art. 97 § 4.º do Regimento Interno (1 Parlamentar); **Deputados sem ausentes sem justificativa:** Adelino Ribeiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (UNIÃO), Jonas Guimarães (PSD), e Marcio Pacheco (REP) (6 Parlamentares).]

Projetos que necessitam de Apoio.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 401/2022**, do Deputado Nelson Justus, que institui o Programa Saúde Solidária Animal, o qual dispõe acerca do recebimento de doações, coleta, reaproveitamento, seleção, armazenamento, distribuição gratuita de produtos de uso veterinário no âmbito do Estado do Paraná e dá outras providências; **Autuado sob o n.º 402/2022**, do Deputado Bazana, que insere o art.º 111-A na Lei n.º 18.419, de 7 de janeiro de 2015, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 816/2019, de autoria dos Deputados Cristina Silvestri, Luiz Claudio Romanelli, Ademar Traiano e Gilson de Souza, que institui o Selo Empresa Amiga da Mulher, com objetivo de fomentar e reconhecer empresas que adotam práticas organizacionais de equilíbrio entre trabalho, família e valorização da mulher. **O Item 1 será retirado de ofício por esta Presidência.**



Teremos quatro Redações Finais.

(Procedeu-se à votação simbólica e em bloco das Redações Finais.)

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 374/2021, de autoria dos Deputados Subtenente Everton e Alexandre Amaro, que institui a Semana Estadual de Conscientização e Prevenção de Acidentes ao Ciclista.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 13/2022, de autoria dos Deputados Maria Victória e Tiago Amaral, que institui a Rota Turística do Tiro Desportivo no Estado do Paraná.

ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 16/2022, de autoria das Deputadas Cristina Silvestri e Mabel Canto, que institui, no âmbito do Estado do Paraná, o Dia de Combate ao Assédio Institucional contra Mulheres.

ITEM 5 – Redação Final do Projeto de Lei n.º 150/2022, de autoria dos Deputados Artagão Junior, Alexandre Curi e Professor Lemos, que altera a Lei n.º 9.320, de 11 de julho de 1990, que cria o município de Santa Maria do Oeste, desmembrando do município de Pitanga e divisas que especifica e a Lei n.º 11.176, de 18 de setembro 1995, que cria o município de Boa Ventura de São Roque, com as divisas e confrontações que especifica.

Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados.** (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto contrário da bancada de Oposição ao Item 3.)

Item 6, o Projeto recebeu...

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): *Pela ordem*, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): *Pela ordem*, Deputado.



DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): O Item 3, gostaria que o senhor registrasse o voto contrário da Oposição.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): O Item 3?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Isso.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Devidamente registrado.

ITEM 6 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 523/2020, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que dispõe sobre o reconhecimento do exercício da atividade de Podologia no Estado do Paraná e adota outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Saúde Pública. Emenda da CCJ. **(Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.^o 1, dos Deputados Luiz Claudio Romanelli, Marcel Micheletto, Paulo Litro, Marcio Nunes, Tercílio Turini, Tião Medeiros, Adelino Ribeiro e Delegado Jacovós.) O Projeto recebeu emenda e retorna à CCJ.**

ITEM 7 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 91/2022, de autoria do Deputado Marcio Pacheco, que concede o Título de Utilidade Pública à Sociedade de Assistência aos Necessitados – Lar dos Idosos de Perseverança, com sede no município de Paranaguá. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo pede voto “sim”, Presidente.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Presidente? Presidente Traiano, Deputado Evandro Araújo.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Evandro, por favor, *pela ordem*.



DEPUTADO EVANDRO ARAÚJO (PSD): Presidente, quero apenas ressaltar a importância dos membros da Comissão de Orçamento participarem, logo após a Sessão, de uma reunião para deliberarmos. Será uma reunião célere, mas absolutamente necessária. Então, fica aqui o convite, a convocação para os membros da nossa Comissão de Orçamento.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ainda pendentes os votos dos Deputados Artagão, Cristina Silvestri, Galo, Gilson de Souza, Nereu Moura, Soldado Adriano José e Tercílio Turini.

DEPUTADO TERCÍLIO TURINI (PSD): Deputado Traiano? Estou com um problema aqui, o meu voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Ok, Deputado. Devidamente registrado aqui. Deputado Gilson, o seu voto é “sim”, está ok. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichenbach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (41 Deputados); Não Votaram: Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Anibelli Neto, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Marcio Pacheco, Mauro Moraes e Tercílio Turini (13 Deputados).]** Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 91/2022. Quarenta e dois votos, com o voto do Deputado Tercílio Turini. Está aprovado o Projeto.**



ITEM 8 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 321/2021, de autoria do Deputado Michele Caputo, que dispõe sobre a notificação compulsória dos casos suspeitos e/ou confirmados de pessoas com doenças raras no âmbito do Sistema Único de Saúde do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Saúde Pública. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO MARCEL MICHELETTO (PL): A Liderança do Governo, Presidente, pede o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição também vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos votar, Sr.^º Deputados. Alexandre Curi, Boca Aberta Junior, Goura, Luiz Fernando Guerra, Marcio Nunes, Ricardo Arruda e Tadeu Veneri. Votação encerrada.

DEPUTADO MAURO MORAES (UNIÃO): O meu voto é “sim”, Excelência.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Votação encerrada:
[**Votaram Sim:** Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Del. Jacovós, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Guto Silva, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Maria Victória, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichenbach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (40 Deputados);
Não Votaram: Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Anibelli Neto, Cobra Repórter, Coronel Lee, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Goura, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Marcio Pacheco, Mauro Moraes, Ricardo Arruda e Tadeu Veneri (14 Deputados). Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está**



aprovado o Projeto de Lei n.º 321/2021. Quarenta e um votos, com o voto do Deputado Mauro Moraes.

ITEM 9 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 335/2022, de autoria do Deputado Anibelli Neto, que concede o Título de Capital Estadual da Cambira ao município de Pontal do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Turismo. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”, ao Projeto do Deputado Anibelli, que acaba de chegar aqui.

DEPUTADO MARCEL MICHELETTTO (PL): A Liderança do Governo também pede voto “sim” ao Projeto do Deputado Anibelli.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Mauro, por favor, registre a presença. Deputado Arilson, o Deputado Soldado Fruet me fez um questionamento e gostaria que V.Ex.^a respondesse. Que dia é hoje?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Dia 21 mais um.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Mas, como sempre lembramos, Presidente, Soldado Fruet, não se preocupe que amanhã será outro dia.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Arilson, sua PEC do espanhol estará na pauta na segunda-feira que vem. Ok. E do Bicho do Paraná amanhã também, Ex.^a, será pautada. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim: Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Homero Marchese, Luciana Rafagnin, Luiz Cláudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Nunes, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor**



Lemos, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (39 Deputados);
Não Votaram: *Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Jacobós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Goura, Guto Silva, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Marcio Pacheco, Nelson Justus, Reichembach e Ricardo Arruda (15 Deputados).] Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 335/2022.*

REQUERIMENTOS.

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimentos n.ºs 2767 e 2781 a 2832/2022, do Deputado Plauto Miró, solicitando o envio de votos de pesar às famílias pelo falecimento de: Luis Vargas Araújo; Pedro Valeriano Moro Vieira; Nelson Roberto Michelis; Orelino Martins; Volnei Westphal; Walter Cavalcanti Silva; Gabriel Paulo Dombrovski; José Alois Solek; Olindo Brocco; Anair Penteado Rosa; Aurora Pereira de Jesus; Eodete Rodrigues da Silva; Izaira Cominese Ribeiro; Maria da Conceição dos Reis; Maria Devanir dos Santos; Soeli Aparecida Vitcoski; Fátima Emilia de Lima; Lea de Lara Franczak; Lourdes Peruzzo; Odete Uliane de Moraes; Vera Lucia Pereira Leal; Edite Degraf Muhlenbruck; Helena Maria de Laabs; Iracema Moreira de Lima; Maria Edite Rosário da Silva; Vanda Gonçalves Cortes; Arivaldo Gehrke; Rosaldo de Freitas; Valdomiro Gonçalves de Silva; Maria Aparecida de Oliveira; Maria Laura Nunes de Castro; Sofia Cardoso de Freitas; Arão Ruh; Dinart Osny da Silva; Edson Gonçalves dos Santos; José Nogueira dos Santos; Agenor Ricardo; Edvaldo Souza Bernert; Natalino de Jesus Kiel; Newton João Tramontin; Paulo Cesar Ferreira do Rosário; Cesar Roberto Barros da Silva; Eufrásio Dias Rodrigues; Nelson Luiz Garcia; Doraci Lucinda da Silva; Maria do Carmo Fernandes dos Santos; Anete Terezinha Simonetti; Eraides da Luz Nascimento; Alzira da Silva Tavares; Clarice Moro Conque; Dicleia Domingues de Lins; Iolanda Borgo; e Paulina Schuarcz Wichinheski; **Requerimento n.º 2769/2022**, do Deputado Soldado



Adriano José, solicitando o envio de expediente à Secretaria de Estado da Infraestrutura e Logística e à Secretaria da Casa Civil, requerendo que sejam providenciadas ações para a criação de pontos de apoio nas praças de pedágio para veículos motorhome; **Requerimento n.º 2776/2022**, do Deputado Dr. Batista, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado e ao Chefe da Casa Civil, requerendo que o Governo efetue a concessão de uso do imóvel que especifica ao município de Maringá; **Requerimento n.º 2777/2022**, da Deputada Mabel Canto, solicitando o envio de expediente ao Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, Sr. Fábio de Souza Camargo, requerendo o envio de cópia integral do processo n.º 97249/20, referente à homologação de recomendações em face da Polícia Científica do Paraná; **Requerimento n.º 2778/2022**, da Deputada Mabel Canto, solicitando o envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação do Paraná, Sr. Renato Feder, encaminhando demandas dos pais e responsáveis dos alunos do Colégio Estadual Professora Edina Woellner Sviercoski, localizado no Distrito do Abapan, município de Castro; **Requerimento n.º 2779/2022**, do Deputado Goura, solicitando o envio de expediente ao Chefe da Casa Civil, Sr. João Carlos Ortega, requerendo a implementação de critérios previstos na Lei Estadual n.º 17133/2012, que institui a Política Estadual sobre Mudança do Clima, para licitações da Administração Pública Estadual; **Requerimento n.º 2780/2022**, da Deputada Maria Victória, solicitando o envio de votos de congratulações e moção de aplausos a Eduardo Augusto Salomão Cambi, novo Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 2768/2022, da Deputada Mabel Canto e do Deputado Galo, requerendo a inclusão do Deputado Galo como coautor do Projeto de Lei n.º 44/2020, de autoria da Deputada Mabel Canto.

Justificativas de ausência.



Deferidos conforme o art. 97, § 4.º do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês, uma ausência injustificada): **Requerimento n.º 2770/2022**, do Deputado Nelson Justus, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 15 de agosto de 2022; **Requerimento n.º 2771/2022**, do Deputado Ricardo Arruda, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 9 e 10 de agosto de 2022; **Requerimento n.º 2775/2022**, do Deputado Coronel Lee, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 22 de agosto de 2022.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, I do Regimento Interno (por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico): **Requerimento n.º 2772/2022**, do Deputado Reichembach, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 15 de agosto de 2022.

Deferido conforme o art. 97, § 3.º, III do Regimento Interno (em decorrência de audiência ou evento com o Ministro do Estado): **Requerimento n.º 2773/2022**, do Deputado Tião Medeiros, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 9 de agosto de 2022.

Deferido conforme o Inciso VII do art. 104 do Regimento Interno (em razão do nascimento de filho ou adoção): **Requerimento n.º 2774/2022**, do Deputado Luiz Fernando Guerra, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias a partir do dia 14 de agosto de 2022.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando duas outras Sessões Ordinárias para amanhã, terça-feira, dia 23 de agosto de 2022, no horário regimental, com as seguintes **Ordens do Dia:** **85.ª Sessão Ordinária:** Redação Final do Projeto de Lei n.º 816/2019; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 321/2021 e 335/2022; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 35/2022, 379/2022, 380/2022, 392/2022, 393/2022, 394/2022 e 396/2022; e **86.ª Sessão Ordinária, antecipada de 24/8/2022:** 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs



35/2022, 379/2022, 380/2022, 392/2022, 393/2022, 394/2022 e 396/2022; e 1.^a
Discussão dos Projetos de Lei n.^{os} 328/2020, 45/2022 e 275/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h53, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.^º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)